

REVOLUÇÕES COLORIDAS E O GOLPE NO BRASIL EM 2016

*COLORED REVOLUTIONS AND
THE COUP IN BRAZIL IN 2016*

*REVOLUCIONES COLORIDAS Y EL
GOLPE EN BRASIL EN 2016*

MATEUS MENDES DE SOUZA

Mestrando em Ciência Política/Política
Mundial – Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de
Janeiro/RJ.

E-mail: matusouza@gmail.com

Resumo: O que se convencionou chamar de “revolução colorida” é uma operação de mudança de regime levada a termo por um conjunto de métodos não violentos de ação política. Suas metas são neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos EUA na arena internacional. O objetivo geral deste artigo é relacionar o golpe no Brasil em 2016 – processo, objetivos, envolvimento estadunidense e consequências geopolíticas – com as revoluções coloridas. O artigo pretende demonstrar que, tal qual numa revolução colorida, as aparentemente espontâneas manifestações de 2013 viabilizaram a mudança de regime que promoveu a imposição de medidas neoliberais e a redefinição de inserção do Brasil na economia política mundial, na política mundial e, portanto, o lugar e a atuação do Brasil na geopolítica mundial.

Palavras-chave: golpe de 2016, revoluções coloridas, mudança de regime, geopolítica.

Abstract: What has been called "colour revolution" is a regime change operation executed by a set of non-violent methods of political action. Its goals are neoliberalism, liberal democracy and alignment to the US in the international arena. The general objective of this article is to relate the coup in Brazil in 2016 – process, objectives, US involvement and geopolitical consequences – with the colour revolutions. The article intends to demonstrate that, just as in a colour revolution, the apparently spontaneous manifestations of 2013 made possible the change of regime that promoted the imposition of neoliberal measures and the redefinition of Brazil's insertion into world political economy, world politics and, therefore, the Brazil's place and role in global geopolitics.

Keywords: coup of 2016, colour revolutions, regime change, geopolitics.

Resumen: Lo que convencionalmente se llama de "revolución colorida" es una operación de cambio de régimen finalizada por un conjunto de métodos no violentos de acción política. Sus metas son el neoliberalismo, la democracia liberal y la aproximación a EUA en la arena internacional. El objetivo general de este artículo es relacionar el golpe en Brasil en 2016 – proceso, objetivos, participación estadounidense y consecuencias geopolíticas – con las llamadas revoluciones coloridas. El artículo busca demostrar que, de la misma forma que en una revolución colorida, las aparentemente espontáneas manifestaciones de 2013 viabilizaron el cambio de régimen que promovió las medidas neoliberales y la redefinición de la inserción de Brasil en la economía y en la política mundial, y por tanto, el lugar y la actuación de Brasil en la geopolítica global.

Palabras clave: revoluciones coloridas, golpe de 2016, cambios de régimen, geopolítica.

Introdução

“Revolução colorida” é um termo usado para explicar um fenômeno inicialmente restrito a Europa Oriental até a Ásia Central. Mais recentemente, contudo, percebe-se um espraiamento que lhe confere dimensão global.

Os eventos que antecederam o golpe institucional no Brasil em 2016 e a agenda do grupo que ascendeu o poder a partir dele guardam muita semelhança com uma revolução colorida. Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é relacionar o golpe no Brasil em 2016 – processo, objetivos, envolvimento estadunidense e consequências geopolíticas – com as revoluções coloridas. Para tanto, seus objetivos específicos são: caracterizar as revoluções coloridas no que tocam suas metas, seus métodos e o contexto sistêmico no qual estão inseridas; mostrar a relação entre as revoluções coloridas e geopolítica contemporânea brasileira.

Procedimentos metodológicos

O presente artigo foi produzido mediante pesquisa documental cujas fontes foram agrupadas em três categorias: livros e artigos acadêmicos; fontes jornalísticas; e sítios eletrônicos. Essas referências bibliográficas estão agrupadas separadamente.

A parte teórica e analítica está baseada na primeira categoria. Assim como muito da parte factual. Às fontes jornalísticas, recorreremos quando se trata de fato relativamente recente e/ou pouco documentado academicamente. A última categoria resume-se a dois sítios: um *think tank* e a plataforma *Wikileaks*.

A (des)ordem mundial

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) afirmam que há muito de desordem na nova ordem mundial. Uma das razões para isso é que o protagonismo que as corporações internacionais assumiram desafia a ordem do sistema interestatal vestfaliano, base da territorialidade moderno-colonial.

Próprio da espacialidade da sociedade, o território possui diversas acepções. Do ponto de vista econômico, é a “fonte dos recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como na divisão ‘territorial’ do trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Por outro lado, sua concepção (jurídico-)política mais difundida o caracteriza com “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado” (ibid., p. 40).

Um dos pontos de convergência dessas duas concepções é a territorialidade hegemônica estabelecida/imposta pelos Tratados de Vestfália (1648), base para o atual sistema interestatal. A territorialidade moderna se caracteriza pela relação biunívoca entre Estado territorial e Estado nacional, ou seja, o Estado que tem jurisdição sobre o território é quem detém a exclusividade do acesso aos recursos existentes naquele território (PORTO-GONÇALVES, 2006b).

Segundo Porto-Gonçalves (2006a), a partir disso, constitui-se o sistema-mundo moderno-colonial: “um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*” (p. 25, grifos do autor). Uma das marcas da colonização é a transferência da riqueza de um território (a colônia) para outro (a metrópole) (PORTO-GONÇALVES, 2006a).

Hoje, esse sistema passa por uma crise. Por um lado, revolução técnico-científica-informacional dos anos 1970 permitiu a dispersão das linhas de produção. Como resultado, a quantidade de empresas transnacionais saltasse de aproximadamente 10 mil, em princípios de 1980, para mais de 35 mil, uma década depois. Isso

conferiu a corporações privadas um poder que desafia os Estados nacionais e o sistema interestatal vestfaliano (ARRIGHI, 2013). Por outro lado, o desmonte do Estado de bem-estar social associado ao sistema fordista-keynesiano abriu um flanco para que as organizações não governamentais (ONGs) atuassem.

As ONGs figuram entre os melhores indicadores do “caos sistêmico” que vivemos. Desde os anos 1960 já se pode observar a instrumentalização de ONGs por parte da diplomacia dos EUA (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 70). Mas sua multiplicação exponencial está associada à globalização neoliberal, de modo a mitigar os efeitos deletérios do desmonte da modelo fordista-keynesiano (ibid.).

Assim, as ONGs erodem fundamentos da organização social:

À medida que a maior parte dos direitos sociais e trabalhistas (férias, seguridade social entre outros) vai sendo extinta, em íntima relação com a perda da influência política dos sindicatos, dos partidos políticos e de outras entidades de representação política, vemos a perda da influência do papel político da sociedade civil que se conformava em torno de Estado-nação (ibid., p. 72).

Finalmente, como não são submetidas ao crivo eleitoral, as ONGs cumprem o papel ideológico de apartar a relação entre poder popular e território (ibid.).

Para Harvey (2008), o Estado neoliberal vê nos sindicatos de trabalhadores um alvo a ser controlado ou destruído porque ele necessita combater toda e qualquer forma de solidariedade social que possa significar risco à acumulação capitalista. O Estado neoliberal coloca o individualismo no lugar da solidariedade.

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social [...] A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que

acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa! (HARVEY, 2008, p. 86).

O autor também salienta o quanto as ONGs contribuem para ofuscar a relações entre o poder popular e a gestão do Estado por se apresentarem como uma alternativa à disfuncionalidade do Estado neoliberal.

Não surpreende que os meios coletivos primários de ação social sob o neoliberalismo sejam definidos por grupos não-eleitos [...] [As ONGs] também se desenvolveram e proliferaram de maneira notável sob o neoliberalismo, gerando a crença de que a oposição mobilizada fora do aparato do Estado e no interior de alguma entidade distinta chamada “sociedade civil” é a casa de força da política oposicional e de transformação social (ibid., p. 88).

Quanto à dimensão interestatal, nos primeiros anos pós-Guerra Fria, mais especificamente entre 1991 e 1998, o comportamento da Rússia na arena internacional pode ser caracterizado como submisso e alinhado ao Ocidente (Estados Unidos e Europa Ocidental), como demonstram o apoio à invasão ao Iraque (1991), a pusilanimidade diante da fragmentação da Iugoslávia e a implementação da agenda do Consenso de Washington. O ponto fora da curva foi a criação, em 1996, do grupo dos “Cinco de Xangai” (Cazaquistão, China, Quirquistão, Rússia e Tadjiquistão), embrião da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (PECEQUILO; LUQUE, 2016).

Pari passu, o Ocidente passou a avançar sobre o que fora o bloco socialista e até mesmo sobre ex-repúblicas soviéticas. A União Europeia (UE) começou a negociar a entrada de Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e República Checa. O fruto dessas negociações, contudo, só viria na década seguinte, com o

ingresso desses Estados na UE entre 2004 e 2006. Em 1996, o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton (1993-2001) anunciou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) iniciava as negociações para a entrada de Hungria, Polônia e República Checa.

O ponto de inflexão ocorreu quando Vladimir Putin se tornou primeiro-ministro, em 1999 e a política externa russa se alterou. Em 1999, a Rússia repudiou as ações da Otan no Kosovo. Em 2001, houve a criação da OCX, formado pelos “Cinco de Xangai” mais o Uzbequistão. A OCX é “em um dos principais pilares da cooperação eurásiana no século XXI” e “a base para o repensar das relações bilaterais China-Rússia, que tem apresentado um adensamento crescente (ibid., p. 6).

Entre 2001 a 2003, Moscou passou a ter um comportamento oscilante entre cooperação e conflito com o Ocidente. Houve cooperação, por exemplo, no início das operações do Afeganistão, em novembro de 2001. Contudo, a boa relação que vinha tendo com a Otan começou a se deteriorar quando, em 2002, esta iniciou negociações para uma expansão que incluiria países do antigo Pacto de Varsóvia (Bulgária, Eslováquia e Romênia) e ex-repúblicas soviéticas (Estônia, Letônia e Lituânia) chegando assim às fronteiras russas em 2004. Além disso, contribuiu também para o distanciamento o fato de os Estados Unidos, a pretexto de combater o terrorismo, consolidaram sua presença militar na Eurásia, especialmente nas repúblicas da Ásia Central (ibid.).

O restabelecimento do antagonismo entre Moscou e Washington se deu em 2003, quando a interferência estadunidense em eleições e na política interna de Estados considerados pelos russos como sua área de influência. O que materializou essa ingerência foram as revoluções coloridas (ibid.).

Hegemonia, imperialismo e neoliberalismo

As primeiras revoluções coloridas foram na Alemanha Oriental e Tchecoslováquia (Revolução Veludo) em 1989 e na Iugoslávia (Revolução Bulldozer) em 2000. Porém, o espraiamento do fenômeno vem na esteira do início do esvaziamento da hegemonia estadunidense (2001) e do concomitante recrudescimento das práticas imperialistas por parte dos Estados Unidos.

Arrighi (2013) define hegemonia como a liderança de um Estado sobre seus pares no ciclo sistêmico de acumulação. Além disso, ele distingue dois tipos de crise de hegemonia: as sinalizadoras e as terminais. As crises sinalizadoras seriam aquelas cuja resolução se processa sem que haja a troca da potência hegemônica, como a derrota na Guerra do Vietnã (1975). Por outro lado, as crises terminais só se resolvem com substituição do *hegemon*. Nesse sentido, a resposta do governo George W. Bush (2001-2009) aos ataques de 11 de setembro de 2001 marcaria o início do fim da hegemonia dos Estados Unidos. Ao reagir com um programa imperial neoconservador – o Projeto para o Novo Século Americano –, os Estados Unidos minaram sua capacidade de liderar o sistema, afinal, a invasão ao Iraque não contou nem mesmo com o apoio da Otan. Essa debilidade compromete decisivamente o próprio exercício da hegemonia, o que nos leva a um quadro de domínio sem hegemonia.

Sassoon (2012) e Belligni (2010) também destacam a importância da liderança para o exercício da hegemonia. Ambos explicam que a hegemonia repousa em ativo consentimento obtido principalmente por meio da liderança moral e intelectual.

Harvey (2011) destaca que a hegemonia consiste num ténue e delicado equilíbrio entre coerção e consenso. Assim como Arrighi

(2008), Harvey (2011) identifica o esvaziamento da hegemonia estadunidense e que o marco inicial desse processo reside na resposta dos Estados Unidos aos atentados de 11 de setembro de 2001. Aqueles eventos permitiram aos neoconservadores que ocupavam posições importantes no governo Bush pôr em prática o Projeto para o Novo Século Americano ao catalisar os elementos de coesão social interna necessários a uma investida militar no Iraque. Nas suas palavras:

Os neoconservadores dilapidaram grande parcela da capacidade norte-americana de liderança moral, e suas credenciais de liderança por consenso genuíno já se mostram bem diminuídas. [...] Há pouco consentimento real em qualquer parte do mundo, sendo o que mais se aproxima disso o da Inglaterra, que, segundo a própria opinião pública britânica, é bem frágil. Os Estados Unidos desistiram da hegemonia pelo consenso e recorrem cada vez mais ao domínio pela coerção (HARVEY, 2011, p. 161-162).

Por sua vez, o imperialismo – “imposição do poder, autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados” (ARRIGHI, 2008, p. 221) – se materializa de várias formas, sendo as intervenções militares diretas tão somente sua forma mais visível e evidente (HARVEY, 2011).

O imperialismo capitalista visa promover o bem-estar de uma sociedade e o desenvolvimento de um território a partir da exploração de uma sociedade e das riquezas naturais em um outro território. Através da acumulação por espoliação (um dos principais instrumentos do imperialismo) processa-se a liberação de ativos de modo a permitir uma nova rodada de acumulação de capital. A espoliação, por sua vez, ocorre principalmente por meio das privatizações, da desvalorização do ativo mão de obra ou até mesmo da destruição de ativos. Desse modo, o neoliberalismo serve aos

interesses imperialistas porque permite a transferência do bem-estar e da riqueza de um território para outro por meio de privatizações e abertura de mercado (ibid.).

Uma das características das revoluções coloridas é que o governo que ascende da troca de regime possui caráter neoliberal.

Finalmente, cumpre observar que o esvaziamento da hegemonia dos Estados Unidos vem sendo acompanhada pela emergência da China como centro de gravidade do sistema global de acumulação capitalista. Esse fato também se relaciona com o declínio da hegemonia estadunidense.

Quanto mais os Estados Unidos se envolviam na Guerra Global ao Terror – e na guerra no Iraque especialmente –, mas seu mercado interno demandava produtos baratos e o Tesouro Nacional, crédito para financiar a dívida pública, que não parava de crescer para custear a guerra. Ambas as demandas foram saciadas pela China (ARRIGHI, 2008).

Em paralelo à centralidade assumida pela economia chinesa, há movimentos geopolíticos e geoeconômicos operados por Beijing que são igualmente significativos: a já citada OCX, que tem como outro pilar a Rússia; o G20, que confrontou os países centrais na OMC; e o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Assim como a Rússia, a China também teve uma revolução colorida na sua fronteira: a Revolução dos Guarda-Chuvas, ocorrida em Hong-Kong em 2014.

Revoluções coloridas

O que se convencionou chamar de “revolução colorida” é uma operação de mudança de regime levada a termo por um conjunto de métodos não violentos de ação política. Elas ocorreram (ocorrem) em

Estados cujos governos, por algum motivo, não agradavam (agradam) as grandes potências.

Ao estudar as revoluções Rosa (Geórgia, 2003), Laranja (Ucrânia, 2004-05) e das Tulipas (Quirquistão, 2005), Ortega (2009) identificou três características comuns: processos, objetivos e envolvimento de atores estrangeiros. Com relação ao último, o autor ressalta o antagonismo entre, de um lado, os Estados Unidos e União Europeia – que apoiaram os opositoristas – e, do outro, a Rússia – que apoiou os governos. Essas três revoluções coloridas tiveram objetivos comuns na economia e nas política interna e externa: neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos Estados Unidos e União Europeia, respectivamente.

Dos Santos Poletto (2007), Moniz Bandeira (2013) e Ortega (2009) destacam que a Revolução Rosa reposicionou, política e economicamente, a Geórgia no cenário internacional. Já Muraki Júnior (2008) sublinha que as revoluções coloridas “consagraram tendências pró-ocidentais e de democratização liberalizante” (p. 29).

Visentini (2014) faz ainda quatro observações: a importância da tecnologia da informação na propagação dos eventos; a aparente espontaneidade dos eventos; o desaguar das revoluções coloridas na assim chamada Primavera Árabe; a expansão das revoluções coloridas para as mais diversas latitudes e longitudes. Desde as embrionárias, no então bloco socialista – Alemanha Oriental e Tchecoslováquia (Revolução Veludo) 1989 – até a assim chamada Primavera Árabe, “gradativamente, elas ganharam novas dimensões com a difusão da internet, da telefonia celular e das redes sociais” e, por isso, “pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação”, não obstante sejam “resultado de uma vasta planificação” (p. 140).

Visentini (2014) destaca que “um aspecto de máxima relevância levantado pela Primavera Árabe é a utilização explícita de uma estratégia de mudança de regime (*regime change*) das chamadas ‘Revoluções Coloridas’” (p. 139). Vale lembrar que o evento que iniciou o processo no Oriente Médio foi a Revolução Jasmim, na Tunísia, em 2010. O autor inclui ainda, no rol das revoluções coloridas, a instabilidade de alguns países bem distantes dos registros iniciais (Europa Oriental, Cáucaso e Ásia Central). Nas suas palavras, “na China, na Venezuela, no Irã (Verde), na Rússia, na Bielorrússia, em Mianmar e no Zimbábue, entre outros, ela [a estratégia de mudança de regime através de uma revolução colorida] (ainda) não atingiu seus objetivos” (p. 140).

Finalmente, as revoluções coloridas estão inseridas num contexto de disputa de poder, sendo um dos componentes da guerra híbrida. Korybko (2018) afirma que as guerras híbridas têm dois pilares: as revoluções coloridas e as guerras não convencionais. No primeiro caso, haveria um golpe brando, ao passo que no segundo caso, um golpe rígido. Para o autor, a função da guerra híbrida é a mudança de regime, de modo a trocar um governo não alinhado aos Estados Unidos por um governo submisso.

Revoluções coloridas, (des)ordem mundial e imperialismo neoliberal

A Revolução Rosa (Geórgia, 2003) é uma das mais conhecidas revoluções coloridas. O presidente Eduard Shevardznadze, que governava o país desde 1995 e fora reeleito em 2000, teve que lidar com uma crise econômica e financeira ao mesmo tempo em que na elite nacional começam a surgir fissuras. Apesar disso, seu partido saiu vitorioso nas eleições parlamentares de 2003. As oposições conseguiram novo fôlego devido a uma denúncia de

fraude eleitoral e passaram a convocar contínuas manifestações de rua, o que levou Shevardnadze a renunciar (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Mikheil Saakashvili, líder da Revolução Rosa, venceu o pleito subsequente. Saakashvili, que havia feito parte de sua formação acadêmica nos Estados Unidos, iniciou sua política fechando uma base militar da Rússia e firmando um contrato militar com os Estados Unidos que envolviam desde a compra de armas até o treinamento de tropas (ibid.).

Isso não representava nada mais do que o desdobramento prático do que Saakashvili vinha anunciando. Entre a vitória da Revolução Rosa e sua posse, em discurso nos Estados Unidos, Saakashvili listou algumas lições da Revolução Rosa¹:

A segunda lição da Revolução das Rosas é que os georgianos se tornaram membros integrais da Europa e da família européia [...] uma população mobilizada em defesa dos princípios da democracia liberal. [...] Esta é uma democracia cuja identidade nacional e cujo destino estão enraizados na Europa, como membros plenos e participativos das instituições Euro-Atlânticas, para a segurança nacional e para o desenvolvimento econômico. [...] A terceira lição da revolução é que a Geórgia tem uma relação especial com os Estados Unidos (...) Ser georgiano é ser parte de uma família de nações democráticas composta por nossos irmãos europeus e nossos amigos e parceiros americanos (SAAKASHVILI, 2004. Apud: ORTEGA, 2009, p. 27).

Contudo, a relação entre os Estados Unidos e o grupo que ascendeu ao poder com a Revolução Rosa é anterior não só ao governo de Saakashvili como também a própria revolução. Decisiva na

¹ A revolução colorida ocorrida na Geórgia é chamada por alguns de Revolução das Rosas e por outros de Revolução Rosa. No presente trabalho, adotaremos o termo Revolução Rosa, ainda que o outro termo possa aparecer quando se tratar de citações diretas.

fermentação da crise, a emissora Rustavi-2, o principal canal de televisão e porta-voz da oposição georgiana (WELT, 2006), era financiada pela United States Agency for International Development (USAID), por meio da Eurasia Foundation e da ONG estadunidense Internews (ANABLE, 2006; MACKINNON, 2009). Nesse quesito, cumpre destacar a atuação do movimento Kmara!, quase que uma filial do sérvio Otpor!, ponta de lança da Revolução Bulldozer, revolução colorida que culminou na derrubada de Islobodan Milosevic em 2000 (MACKINNON, 2009; ORTEGA, 2009). Tanto a georgiana Kmara! quanto a sérvia Otpor! figuram no rol das organizações subversivas financiadas por George Soros (MONIZ BANDEIRA, 2013).

A atuação de ONGs e agências estadunidenses é uma das marcas das revoluções coloridas. No começo da década passada, os Estados Unidos

Implementaram a política de ‘*export of democracy*’, por meio da NED [National Endowment for Democracy], da CIA e de entidades civis entre elas a Freedom House, a USAID, o Open Society Institute (renomeado Open Society Foundations [OFS] em 2011) do megainvestidor George Soros, e outras organizações não-governamentais, como *façade* para promover a política de *regime change* sem golpe de Estado (ibid., p. 92).

A estratégia passava por financiar “movimentos e certos veículos de mídia, encorajando a denúncia de fraudes reais ou não nas eleições, de modo a levar a oposição às ruas em manifestações contra o governo, por meio de ativistas, muitas vezes remunerados” (ibid., p. 93).

Isso é observado também na Revolução Laranja (Ucrânia, nov.2004-jan.2005). As denúncias de corrupção e manipulação no processo eleitoral ucraniano (outubro e novembro de 2004) levaram

milhares de pessoas às ruas. Não obstante as motivações legítimas para as manifestações, estas foram lideradas por ativistas profissionais ligados a ONGs e agências dos Estados Unidos e Europa Ocidental, como Freedom House, Poland-American-Ukraine Corporation Initiative, National Endowment for Democracy (NED) e USAID (ibid.). A ONG PORA, liderada por Vladislav Kaskiv, ex-funcionário de George Soros (MACKINNON, 2009), desempenhou o mesmo papel que a Otpor! e a Kmara! desempenharam, respectivamente, na Sérvia e na Geórgia: agente de desestabilização por meio de recrutamento de jovens para o treinamento na tática de protestos não violentos (MACKINNON, 2009; MONIZ BANDEIRA, 2013; ORTEGA, 2009).

Na dimensão política, há que se observar que os oligarcas, que tanto se haviam beneficiado com o governo Lionid Kuchma, vinham abandonando a base governista, a despeito de ainda ocuparem posição na máquina estatal. À época, quem liderava a oposição e despontava com alternativa eleitoral para o pleito que se aproximava era Viktor Yushchenko. A desidratação do governo Kuchma ocorria em proporção direta ao fortalecimento de Yushchenko como alternativa eleitoral (ORTEGA, 2009).

No primeiro turno, com uma vantagem inferior a 1 ponto percentual, Yushchenko chegou a frente, seguido pelo candidato governista Viktor Yanukovich. No segundo turno, Yanukovich saiu vitorioso por apenas três pontos percentuais. Prontamente a oposição, ONGs e observadores internacionais denunciaram o que seria uma fraude. Ato contínuo, manifestantes tomaram as ruas do país exigindo que se fizesse novamente a votação (ibid.).

No “terceiro” turno, o líder da Revolução Laranja, Viktor Yushchenko, elegeu-se presidente da Ucrânia. Seu feito rendeu

prêmio a ser concedido pelo John Kennedy Library Found (BAYDYUK, 2009). Entre suas ações em política externa destacam-se a criação de um oleoduto que ligaria o Mar Cáspio à Polônia, de modo a diminuir a dependência desta em relação ao gasoduto da russa Gazprom (MONIZ BANDEIRA, 2013), “garantir o acesso ucraniano à União Europeia (...) [e a tentativa de] ingressar definitivamente na Otan” (ORTEGA, 2009, p. 69).

Também na Ucrânia, a mídia teve um papel decisivo na mobilização popular e na desestabilização do governo. Merece destaque o caso do Pravda Ukraine, jornal eletrônico tocado por uma família exilada nos Estados Unidos que o operava diretamente de Washington, D.C., com financiamento de agências do governo estadunidense (ANABLE, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Moniz Bandeira (2013), Visentini (2014) e Visentini et al. (2012) incluem a chamada Primavera Árabe no rol das revoluções coloridas. Contribuem para essa classificação o fato de que o evento ocorrido no Oriente Médio e na África Setentrional teve início na Revolução Jasmim, ocorrida na Tunísia (dez. 2010 – jan. 2011) e que os métodos usados em todos os países onde houve chamada Primavera Árabe foram semelhantes aos das revoluções coloridas.

Assim como as que ocorreram no Leste Europeu, no Cáucaso e na Ásia Central, as revoluções coloridas no mundo árabe – tendo ou não evoluído para guerras não convencionais – também devem ser analisadas sem perder de vista a geopolítica global.

No caso específico da Tunísia, a mídia internacional retratou a Revolução Jasmim como algo espontâneo e desprovido de caráter ideológico. Porém, “o clima psicológico havia sido criado pelos programas da National Endowment for Democracy” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 238). O estopim da Revolução Jasmim foi a

imolação de um jovem feirante cujas mercadorias haviam sido confiscadas por policiais. Ainda que houvesse insatisfação popular gerada pela implementação de medidas neoliberais, o caso foi explorado de modo a convertê-lo em um evento contra o governo nacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Desse modo, a tragédia serviu de gatilho para dar início à mudança de regime.

Revoluções coloridas e guerras híbridas

Segundo a doutrina militar, as guerras modernas passaram por três gerações: primeira, da metade do século XVII até início do século XIX; segunda, conhecida como guerra de atrito metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; terceira, caracterizada pela guerra de movimento, a partir da Segunda Guerra Mundial (SIMIONI, 2011).

Não há consenso sobre a nomenclatura “guerra de quarta geração”, contudo, atualmente as doutrinas militares trabalham com a possibilidade de quatro tipos diferentes de guerra: a convencional, a de destruição em massa, a irregular e a assimétrica. Diante do risco de que um conflito evolua para uma guerra nuclear, os conflitos tenderam a tomar formas não convencionais de guerra, chamadas, dependendo da escola, de guerra assimétrica, guerra irregular, guerra irrestrita, guerra além dos limites ou guerra de quarta geração (ibid.).

Seja como for, as guerras contemporâneas usam meios não militares para atingir seus objetivos e um dos principais meios empregados são as operações psicológicas (SIMIONI, 2011; KORYBKO, 2018). Simioni (2011) explica que guerra psicológica é preponderante porque

Neste tipo de conflito, o que se busca é atingir o moral do adversário. Diante disso, pode-se afirmar que todos os outros tipos de guerra são decorrentes de suas ações e, mais do que isso, todos os outros tipos de guerra serão subordinados à guerra psicológica (p. 210).

Além disso, as guerras de quarta geração também rompem com dois paradigmas ligados ao campo de batalha. Os alvos deixam de ser instalações militares ou a infraestrutura e passam a ser população do território, que deverá ser atacada por operações psicológicas para desidratar o apoio e a base social do grupo que detenha o poder no território alvo. Outra mudança está na indistinção tanto entre civis e militares quanto entre guerra e paz (SIMIONI, 2011, p. 211).

A guerra psicológica pode ocorrer em paralelo e de modo associado e complementar à guerra de informação (ibid.). Dada a centralidade que hoje a informação tem na sociedade e na produção e controle do espaço, a guerra de informação contribui para os objetivos estratégicos da campanha ao atuar no que os militares chamam de “ciclo OODA” (observação-orientação-decisão-ação). A interferência no ciclo OODA compromete a capacidade de tomar decisões e/ou de discernir qual deve ser a ação adotada para se defender (ibid.). A centralidade das operações psicológicas nas guerras de quarta geração reside no fato que elas, ao atacarem a liderança – a base do poder tanto na sua expressão civil quanto militar –, possuem enorme efetividade (KORYBKO, 2018).

Para Korybko (2018), a guerra híbrida é a própria materialização da doutrina de guerra de quarta geração. A guerra híbrida tem dois pilares. Um é a guerra não convencional. Ela é o pilar militar da guerra de quarta geração e visa promover a troca de regime por meio de um golpe rígido. Geralmente, as guerras não

convencionais irrompem em um cenário já desestabilizado por uma revolução colorida.

O objetivo da revolução colorida é mudar o regime por meio de um golpe brando. Para tal, seus executantes debilitam a liderança do Estado e do grupo político que está no poder. Uma vez que suas engrenagens comecem a funcionar, a capacidade de reação do alvo fica comprometida porque a revolução colorida interfere indiretamente no ciclo OODA. A dissimulação é fundamental para que o evento ganhe uma aparente espontaneidade. Ela é uma das melhores armas de uma revolução colorida, afinal, as forças nacionais (sejam elas o poder civil ou as forças armadas) têm dificuldade para perceber que há um ataque externo. E, em geral, quando conseguem identificar, já não possuem mais credibilidade entre significativos segmentos da sociedade para denunciar isso (KORYBKO, 2018).

Modus operandi

Em 1993, o cientista político estadunidense Gene Sharp publicou o livro *Da ditadura à democracia*. A obra é dedicada à instrução para criar o que ele chama de “desafio político”:

O ambiente em que a ação é empregada (político), bem como o objetivo (poder político). O termo é usado principalmente para descrever a ação das populações para recuperar o controle de instituições governamentais através do ataque implacável às fontes de poder das ditaduras, e o uso deliberado de planejamento estratégico e operações para o faze-lo [sic] (SHARP, 2010, p. 7).

Um dos fundamentos da luta não violenta é tirar o combate do ambiente onde a autoridade estatal (detentora do monopólio da

violência em um determinado território) tem enorme vantagem (SHARP, 2010).

O livro tornou-se o manual das revoluções coloridas (MONIZ BANDEIRA, 2013; KORYBKO, 2018). Traduzido para mais de trinta idiomas em edições gratuitas (SHARP, 2010), o livro chegou a ser impresso e distribuído na Praça Tahrir (Cairo, Egito) durante a chamada Primavera Árabe (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Sharp possuía estreita relação com autoridades e instituições estadunidenses. O diplomata George Kennan, um dos responsáveis pela formulação da política externa dos Estados Unidos nos primeiros anos da Guerra Fria, prefaciou uma edição de seu livro *Making Europe Unconquerable*. Em 1983, Sharp criou a Albert Einstein Institution (AEI), dedicado ao estudo e à promoção dos métodos não violentos de ação política. A AEI edita gratuitamente no mundo inteiro o livro mais famoso de Sharp, *Da ditadura à democracia*, e é acusada de receber financiamento do International Republican Institute (IRI) e da NED (MEYSSAN, 2005), respectivamente *think tank* do Partido Republicano e instituição instrumental do Congresso estadunidense e que tem como objetivo apoiar a política externa dos EUA.

Korybko (2018) faz detalhada esquematização do *modus operandi* das revoluções coloridas, que resultam de articulação de três variáveis: acontecimento, infraestrutura física e movimento. O acontecimento é o evento catalisador de toda a energia acumulada nos preparativos da revolução. O acontecimento não precisa ser real, podendo ser uma suspeita, uma acusação ou mesmo algo “fabricado”. Também pode ser um evento cuja repercussão seja anabolizada. É a partir dele que o movimento tem início. A infraestrutura se refere ao aparato que prepara, sustenta e executa a revolução colorida.

A variável movimento é a mais complexa, se desdobrando em diversas outras que se articulam em um intrincado jogo de relação, cuja base é a ideologia. A ideologia por trás de todas as revoluções coloridas é a democracia liberal, na qual o indivíduo está acima do coletivo. Portanto, o primeiro passo para a revolução colorida é convencer, interna e externamente, que o governo alvo não é liberal-democrático (KORYBKO, 2018). Vale lembrar que quando Fukuyama, funcionário de Departamento de Estados estadunidense, escreveu *Fim da História?*, ele advogava pela superioridade da democracia liberal sobre todas as outras formas de organização política da sociedade (VESENTINI, 2015) e como a palavra “democracia” está presente no discurso da política externa dos Estados Unidos. Portanto, deve-se ter em mente que quando Sharp fala em ditadura ele trabalha com uma concepção suficientemente aberta para poder enquadrar todo e qualquer governo ou regime que não tenha como base a democracia liberal.

A propaganda ideológica precisa de dinheiro para levar adiante as operações psicológicas. Conquanto parte do financiamento possa ser obtido por doações das pessoas envolvidas ou simpáticas ao movimento/ideologia (que nesse caso podem ser físicas ou até mesmo jurídicas, incluídas aqui àquelas corporações transnacionais que desafiam a ordem vestfaliana), merece destaque o papel das ONGs (KORYBKO, 2018). Mackinnon (2009), Ortega (2009) e Moniz Bandeira (2013) explicam que junto às revoluções coloridas há um rastro de diplomacia clandestina praticada por ONGs, distribuindo (seja em dinheiro ou em serviços de formação, aconselhamento e cooperação técnica) recursos provenientes da USAID, NED, IRI e do National Democrat Institute (NDI) – *think tank* do Partido Democrata. Além disso, os autores também destacam a participação

das Open Society Foundations, do bilionário George Soros, nas revoluções coloridas ocorridas.

No mesmo nível do financeiro, há o componente social, dividido entre vanguarda, assistentes e simpatizantes. A vanguarda mantém contato direto com os financiadores e agentes externos envolvidos na revolução colorida e são os propagadores da ideologia. São pessoas altamente treinadas em retórica, uso de redes sociais e organização. Os assistentes estão logo abaixo da vanguarda e são recrutados e treinados por ela. São também quem dará “a cara” do movimento, quem estará à frente das mobilizações e das agitações. Os simpatizantes basicamente participam quando a revolução colorida entra em movimento para lhe dar corpo (KORYBKO, 2018).

Para a boa execução de uma revolução colorida, é indispensável também muito treinamento. No caso da vanguarda, por ser um número reduzido e que necessita de muita instrução, esse pode se dar até mesmo fora do país. Já os assistentes, por serem em maior número devem ser treinados dentro do país. Isso é fundamental para que a influência externa seja dissimulada (ibid.).

Os componentes social, finanças e treinamento compõem o segundo nível do movimento da revolução colorida. O próximo nível é a informação, subdividida em mídias sociais e propaganda. As primeiras trabalham como veículos de informação alternativo. Já a segunda cria *slogans*, logotipos e escolhe os símbolos ou cores que irão representar a revolução colorida (ibid.).

Finalmente, o componente mídia, responsável por disseminar a ideologia, anunciar e convocar para as manifestações. Mas, fundamentalmente, a função da mídia na infraestrutura da revolução colorida é fazer com que esta ganhe visibilidade

internacional, de modo tanto a canalizar apoios quanto a descredibilizar o governo que se pretende derrubar (ibid.).

Montada a infraestrutura física, os organizadores da revolução colorida ficam esperando o acontecimento, o evento que será o gatilho para a convocação dos atos públicos. Como já dito, esse acontecimento não precisa nem mesmo ser real, pode ser uma acusação. Pode também ser hiperbolizado. Mas, sobretudo, o aproveitamento do acontecimento é tanto mais eficiente quanto mais parecer que as pessoas que passam a ocupar as ruas o fazem por conta própria e não porque há um conjunto de engrenagens bem articulado para dar a aparência de que tudo é espontâneo.

Revoluções coloridas, hegemonia e geopolítica

Uma das principais estratégias britânicas para a manutenção da sua hegemonia (segunda metade do século XVIII e início do século XX) era impedir que a Rússia alcançasse os mares quentes do Índico. Não obstante a enorme vantagem econômica (primeiro apoiada na indústria e depois nas finanças) que os britânicos gozava, o seu receio não era desprovido de fundamento: a Rússia ocupa grande parte da Eurásia, cujas qualidades em população, cultura, extensão, riqueza minerais e comércio são superlativas. Esse *leitmotiv* ficou conhecido como Grande Jogo.

Por orientação do seu assessor Zbigniew Brzezinski, o presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter (1979-1983), desde 1979, passou reeditar o Grande Jogo. Essa seria o *leitmotiv* da geopolítica dos Estados Unidos na Eurásia a partir de então. Isso se desdobrou basicamente em duas práticas: encorajamento do fundamentalismo religioso no mundo islâmico e o financiamento de ONGs pró-democracia liberal (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Sobre o fundamentalismo, Moniz Bandeira (2013) explica que os Estados Unidos encorajaram

O surgimento do fundamentalismo islâmico, com o objetivo de desestabilizar a própria União Soviética, a partir das repúblicas muçulmanas da Ásia Central, e de formar um *green belt*, i.e., um cinturão islâmico, com a colaboração do Paquistão e da Arábia Saudita, para promover *jihād* contra os “comunistas ateus” no Afeganistão (p. 37).

Moniz Bandeira (2013) também explica como os Estados Unidos institucionalizaram a divisão do trabalho de campo da diplomacia junto às ONGs.

O Conselho de Segurança Nacional elaborou um projeto para a promoção da democracia e induziu o Congresso a criar, em 1983, a National Endowment for Democracy (NED), com o objetivo de operar como parte do programa de diplomacia pública e financiar uma cadeia de organizações não governamentais e governamentais, relativamente autônomas, ajudando e treinando grupos para a “*political welfare*”, e encorajar o desenvolvimento da democracia. O ex-diretor da CIA Willian Colby comentou que muitas operações, antes conduzidas de forma encoberta (*covert actions*), poderiam agora ser realizadas abertamente, sem controvérsias. Mas essas organizações não governamentais trabalhariam em coordenação com o Departamento de Estado, a CIA e a embaixada dos Estados Unidos no país (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 39).

O fundamento teórico dessa estratégia consiste em uma releitura da área pivô, de Halford Mackinder (MONIZ BANDEIRA, 2013; KORYBKO, 2018). Segundo essa teoria, haveria a “ilha mundo” (Eurásia); dentro dela, a área pivô (parte da Europa e parte da Ásia); e dentro dessa o *heartland* (Europa Oriental) (VESENTINI, 2015). A primeira releitura de Mackinder se deu, como citado, em 1979. Em 1997, Brzezinski reafirma a importância geoestratégica da Eurásia e apresenta cenários os quais os Estados Unidos deveriam

evitar, sendo o mais perigoso deles uma coalizão que reunisse China, Rússia e Irã (VESENTINI, 2015). Vale observar que a OCX é uma realidade e que já ocorrem negociações para a adesão do Irã.

Brzezinski alertava também para os riscos que representaria para a hegemonia estadunidense uma aliança entre a Rússia, de um lado, e a Alemanha e/ou a França. Além disso, o estrategista dividiu a Eurásia em quatro regiões geopolíticas: oeste (Europa Ocidental), espaço médio (ex-União Soviética), “Balcãs euroasiáticos” (Oriente Médio, Ásia Central e Ásia Meridional) e leste (Extremo Oriente e Sudeste Asiático) (ibid.).

Do ponto de vista geopolítico, o século XXI possui quatro marcas muito importantes e que se relacionam intimamente: o declínio da hegemonia estadunidense (e sua consequente resposta imperialista), a ascensão econômica chinesa, o renascimento geoestratégico russo e a aliança geopolítica russo-chinesa. Ou seja, a disputa pelo poder global depende dos desdobramentos da correlação de forças na Eurásia, o que corrobora as teses de Brzezinski.

Esse é o pano de fundo sobre o qual ocorrem muitas das revoluções coloridas. Muitas delas aconteceram no que fora área de influência russa/soviética e cujos governos não se alinhavam ao Ocidente – Alemanha Oriental (sem nome, 1989), Tchecoslováquia (Veludo, 1989), Iugoslávia (Bulldozer, 2000), Geórgia (Rosa, 2003) e Ucrânia (Laranja, 2004/2005) –, no entorno da China – Hong Kong (Guarda-chuvas, 2014) –, ou ambos – Quirquístão (Tulipas, 2005).

Ainda que a chamada Primavera Árabe extrapole a Eurásia, há dois casos que são um nitidamente um transbordamento da estratégia estadunidense para a Eurásia (mais especificamente a Rússia): Síria e Líbia, onde as revoluções coloridas evoluíram para o segundo nível da guerra híbrida (a guerra não convencional).

O caso da Síria é mais evidente, dado o envolvimento da Rússia no conflito de modo a garantir seus interesses, notadamente, um aliado no Mediterrâneo para que possa estacionar parte de sua frota. Essa cooperação vem desde os anos 1980 e foi fortalecida a partir da interferência de Moscou em favor de Damasco após a revolução colorida na Síria em 2011 evoluir para uma guerra não convencional. A decisão russa de se engajar no conflito deve-se em parte ao desdobramento dos eventos líbios.

Na Líbia, tanto a retirada de Gaddafi como a instabilidade subsequente atendem aos interesses dos Estados Unidos e de seus aliados Ocidentais. Economicamente, elas significaram abertura de mercados, especialmente para as companhias de construção e de seguros, mas também para a indústria, de modo a mitigar os efeitos da crise de 2008 nos países da coalizão ocidental, afora a venda de armas para os aliados ocidentais. Geopoliticamente, era preciso afastar a Rússia das jazidas de petróleo desse membro da Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP) (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Finalmente, em que pese a centralidade da Eurásia na geopolítica global, há se frisar que as revoluções coloridas já não se restringem àquele território. Como observa Visentini (2014), há elementos para dizer que na Venezuela e no Zimbábue ocorrem revoluções coloridas. Ou seja, elas ganham uma dimensão global, sendo por isso mesmo um fenômeno de relevo para a compreensão da geopolítica contemporânea. Além disso, contribuiu também para o entendimento do golpe no Brasil em 2016.

Entender as revoluções coloridas para entender o golpe de 2016 no Brasil

As seções abaixo contextualizaram o cenário geopolítico no qual as revoluções coloridas estão inseridas e como elas operam. Nesta seção, busca-se alinhar aspectos decisivos do golpe de 2016 e as consequências desse com as características sistêmicas e operativas das revoluções coloridas.

O contexto geopolítico e estopim

Afora o cenário geopolítico descrito nas seções 3 e 4, o contexto no qual se desenrolou o golpe de 2016 necessita da complementação de aspectos que envolvem a América do Sul e o Brasil especificamente.

A primeira aventura intervencionista do governo George W. Bush na América Latina foi o frustrado golpe na Venezuela, à época, a sexta maior reserva de petróleo do mundo. Em 2006, a Petrobrás anunciou a descoberta de óleo na camada pré-sal. Em setembro de 2008, ela iniciou as operações de extração nessa nova fronteira de exploração mineral. Em abril de 2008, os Estados Unidos colocaram novamente em operação a Quarta Frota, destinada à atuação no Atlântico Sul. Conquanto a reativação da referida esquadra tenha sido anterior à divulgação da extração no pré-sal, as declarações de Edward Snowden de que os Estados Unidos espionavam a Petrobrás dissipam qualquer aparência de coincidência nos dois eventos.

Em paralelo, desde o início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a Petrobrás praticava a política de conteúdo local para a exploração dos hidrocarbonetos, ou seja, a atividade deveria contar com uma cota mínima de equipamentos produzidos nacionalmente. Em 2010, o presidente Lula instituiu o regime de partilha para a exploração do petróleo sub-sal. Esse regime

especial estabelecia que a Petrobras teria no mínimo 30% de participação em qualquer operação no pré-sal e, ainda, poder de veto sobre a exploração. Tanto a política de conteúdo local quanto o regime de partilha figuraram entre as principais divergências de projeto na eleição presidencial de 2010. Na ocasião, José Serra (PSDB), candidato da oposição, defendia a liberalização, ou seja, o desmonte de ambas as políticas. Dilma Rousseff (PT), candidata situacionista e vitoriosa no pleito, defendia a manutenção das duas iniciativas do governo Lula.

Em 28 de maio de 2013, o vice-presidente do Estados Unidos Joe Biden desembarcava no Brasil. Entre os temas da agenda destacavam-se as ambições de Washington em ter uma maior participação na cadeia da produção energética sul-americana, especialmente no pré-sal. A decisão da presidenta Rousseff (2011-2016) em manter as regras vigentes até então indica que Biden malogrou em seu intento.

No dia 6 de junho, tem início a série de manifestações que marcaria profundamente a história brasileira. Entre os dias 6, 10, 11 e 13 de junho, elas tinham por objetivo a redução das passagens dos transportes, reajustadas no dia 2 de junho. As mobilizações levaram no máximo cinco mil pessoas até o dia 11. No dia 13, as estimativas variam entre cinco mil (PM) e vinte mil (organizadores). O fato é que naquela data houve brutal repressão policial, o que acabou chamando a atenção para as manifestações (SINGER, 2018).

Singer (2018) observa uma transformação quantitativa, qualitativa e espacial entre os dias 17, 18, 19 e 20 de junho. A unidade de contagem passara dos milhares para as dezenas de milhares no dia 17 e para as centenas de milhares antes do dia 20. Outros grupos passam a dividir as ruas. As manifestações deixaram

de ser restritas a São Paulo. No entanto, o mais relevante para os objetivos do presente trabalho é que no dia 17, “havia de repente 75 mil pessoas em passeata em São Paulo, e surgiram, do nada, manifestações em todas as maiores capitais, sem que se soubesse muito bem por quê” (p. 104).

“De repente”, “do nada” e “sem que se soubesse muito bem por quê” remetem a uma aparente espontaneidade que causa suspicácia quando lembramos do ensinamento de Visentini (2014) acerca de revoluções coloridas: “pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação (...) [não obstante sejam] resultado de uma vasta planificação” (p. 140).

Em suma, poucos dias após o vice-presidente dos Estados Unidos visitar o Brasil com o objetivo de defender os interesses das corporações estadunidenses sobre os hidrocarbonetos brasileiros, centenas de milhares de pessoas passaram a ocupar as ruas e só saíram quando a presidenta Dilma Rousseff foi destituída, ou seja, quando houve a mudança de regime.

O golpe e suas semelhanças com uma revolução colorida

Muitos autores cravam que o golpe no Brasil em 2016 tem início nas manifestações de junho de 2013. Laidler (2016) destaca três contribuições de 2013 para o golpe: a forma de representação foi questionada; as insatisfações diziam respeito a demandas locais mas foram ampliadas de modo a abarcar todo o campo político; as bandeiras e os militantes dos partidos foram expulsos das manifestações. Mattos (2016) aponta o caráter antidemocrático das manifestações de 2013 e chama atenção para popularização de

palavras de ordem fascistas como “sem bandeiras partidárias” e “sem ideologia”. Singer (2018) aponta o ativismo de classe média que seria decisivo para a derrubada da presidenta Rousseff (2011-2016).

Embora a ofensiva fascista atual tenha origem nas manifestações junho de 2013, é importante frisar que aquelas mobilizações começaram com uma pauta de esquerda. Não obstante, pode-se dizer que as manifestações contra o aumento real de vinte centavos funcionaram como o acontecimento que deu início a uma revolução colorida, liberando a energia acumulada pelas operações psicológicas promovidas por *think tanks* e ONGs como o Instituto Milênio, Instituto Liberal, Instituto Misses Brasil, Atlas Network, Estudantes Pela Liberdade, todos com estreita relação com lideranças, partidos e políticos que tiveram destacado papel no golpe de 2016 (CARLOS, 2015; MARIN, 2016; QUEIROZ, 2016).

Além das conexões do Movimento Brasil Livre (MBL), do Vem Pra Rua e do Revoltados Online com as citadas instituições, parte do golpe contou também com o envolvimento de personagens e partidos políticos tradicionais em aliança com corporações transnacionais e políticos ligados à política externa dos EUA.

Rubens Barbosa, formulador do programa de política externa de Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência em 2014, é Conselheiro Sênior do Albright Stonebridge Group, *think tank* de Madeleine Albright, chefe da diplomacia do segundo governo Bill Clinton (1997-2001). Na semana da aprovação do impeachment pela Câmara dos Deputados (17.abr.2016), o Albright Stonebridge Group organizou um encontro entre Aloysio Nunes Ferreira e lobistas estadunidenses. Além dessa agenda, Nunes Ferreira, candidato a vice-presidente na chapa de Aécio Neves, teve também encontros com o presidente do Comitê de Relações Internacionais do Senado, Bob

Corker, e com o subsecretário de Estado e ex-embaixador no Brasil, Thomas Shannon (GREENWLAD, FISHMAN e MIRANDA, 2016; MILANI, 2017).

Aloysio Nunes Ferreira, senador pelo PSDB-SP, assumiu a chefia do Itamaraty em março de 2017, substituindo o também senador tucano José Serra, cuja defesa de interesses forâneos foi denunciado pelo Wikileaks. Segundo o sítio, um telegrama do consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado estadunidense informa que José Serra prometera que, se ganhasse as eleições em 2010, defenderia os interesses da Chevron sobre o petróleo do pré-sal.

Com efeito, José Serra, que assumiu o Itamaraty logo depois do golpe, articulava com a petroleira estadunidense Chevron a reversão do regime de partilha para o petróleo da camada pré-sal. Os regimes de partilha e de conteúdo local, associadas à destinação de parte dos royalties para a educação pública – uma resposta da presidenta Rousseff aos manifestantes de junho de 2013 que demandavam por “educação padrão FIFA” –, permitem dizer que o Brasil pautaria pela soberania energética a produção de petróleo do pré-sal. Todas essas iniciativas foram desfeitas pelo governo de Michel Temer, vice na chapa de Dilma Rousseff e quem assumiu após sua destituição. Frise-se ainda que o projeto de lei que revogou o regime de partilha era de autoria de José Serra. Portanto, a mudança de regime foi indispensável para colocar no poder um grupo que permitiria que as corporações petroleiras pudessem ter acesso aos combustíveis fósseis brasileiros como lhes conviesse, ou seja, submeteu o Estado brasileiro aos interesses daquelas empresas.

Também merece destaque a atuação do juiz Sérgio Moro. O magistrado, uma das várias autoridades judiciais brasileiras que

receberam treinamento dos EUA (AUGUSTO, 2018), foi responsável pela Operação Lava Jato é um dos protagonistas da aplicação do *lawfare* contra o PT. A utilização do direito para fins políticos mostrou-se decisivo para desidratar a liderança do PT junto à sociedade brasileira e assim viabilizar o golpe. Tal qual Yushchenko, líder da Revolução Laranja, Moro tem sido laureado nos EUA: Universidade Notre Dame, revista Time e Câmara de Comércio Brasil-Estado Unidos. Não obstante, sua relação com o projeto golpista tornou-se evidente com sua indicação (e aceite) para compor o ministério de Jair Bolsonaro, candidato ligado ao neoliberalismo e defensor do alinhamento aos EUA no plano internacional.

Além da participação dos EUA no golpe, os objetivos da mudança de regime executada no Brasil também se assemelham aos das revoluções coloridas, tanto externa quanto internamente. O golpe impôs uma série de medidas neoliberais, agenda que havia sido refutada pelas urnas. Maringoni (2018) explica que medidas como a Emenda Constitucional 95 – que congelou os gastos públicos por vinte anos – e a reforma trabalhista – que eliminou uma série de direitos do trabalhador – são uma “modalidade agressiva de *dumping* social” (p. 31). O objetivo disso seria redefinir a forma como o Brasil vai se inserir na economia política mundial (*ibidem*). Ou seja, por meio do golpe, viabilizou-se a acumulação por espoliação e assim o rebaixamento da qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira custeará tanto o aumento da margem de lucro dos capitalistas brasileiros quanto ajudará a reduzir a pressão social dentro dos Estados onde estão as sedes das corporações transnacionais que podem agora se aproveitar da abertura dessa fronteira de acumulação.

Ademais, a mudança de regime no Brasil teve sérios e imediatos reflexos na política externa brasileira (PEB). Segundo Coelho e Santos (2017) a PEB pós-golpe desfez o legado deixado desde o fim da ditadura civil-militar e isso pode ser percebido por meio de diversas iniciativas, tais como: revisão do voto na Unesco quanto ao patrimônio histórico e cultural nos territórios palestinos; oposição ao mandato de monitoramento dos impactos das políticas de austeridade nos direitos humanos no âmbito do Conselho de Direitos Humano (CDH); atritos com vizinhos e parceiros históricos, como Venezuela e Uruguai.

Finalmente, o golpe de 2016 e a consequente inflexão sofrida na PEB compromete os BRICS. A aliança contra-hegemônica passou a contar com um membro cujo governo é alinhado aos EUA, caráter que tende a ser reforçado com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL) para o mandato a partir de 2019, assim como a agenda neoliberal de retirada de direitos.

Considerações finais

As revoluções coloridas são o componente civil da guerra híbrida que os EUA vêm fazendo para tentar dar sobrevida à sua hegemonia, que entrou em decisivo declínio em 2001 com a implementação do Projeto para um Novo Século Americano. Elas viabilizam a mudança de regime por meio de operações psicológicas materializadas em um conjunto de táticas e métodos de luta não violenta e são aplicadas em Estados não alinhados aos Estados Unidos.

Elas possuem três características comuns: o processo, os objetivos e o envolvimento de atores estrangeiros. O processo consiste na criação de grupos articulados pela defesa da democracia liberal e

de militância profissional que possa, a partir de um evento catalizador, promover mobilizações populares aparentemente espontâneas e campanhas midiáticas com vistas a erodir a liderança do grupo que esteja no governo. Os seus objetivos são: neoliberalismo, democracia liberal e alinhamento aos EUA na arena internacional. Em alguns casos em que esses objetivos não foram atingidos, a situação evoluiu para uma guerra não convencional (pilar militar da guerra híbrida). Em todas as revoluções coloridas se percebeu intensa atividade de agências governamentais dos EUA e de ONGs ligadas a essas agências.

O entendimento sobre as revoluções coloridas ajuda a compreender as recentes transformações nas relações de poder no Brasil, seja por seu processo, seus objetivos e pela participação de atores estrangeiros. As manifestações de 2013 foram aparentemente espontâneas e muitas das lideranças que delas participaram ou emergiram possuem histórica ligação com ONGs estrangeiras. Além disso, personagens com destacado lugar em instituições nacionais também possuem vínculos nos círculos estatais e empresariais estadunidenses.

Tal qual numa revolução colorida, as manifestações de 2013 puseram em movimento uma infraestrutura social e midiática que permitiu derrubar um governo legitimamente eleito e impor uma agenda interna e externa que havia sido rejeitada pela população. Essa agenda neoliberal sacrifica direitos sociais e a qualidade de vida da população brasileira em proveito das grandes transnacionais e do capital nacional em um perfeito exemplo abertura de fronteira para uma nova rodada de acumulação por espoliação.

O golpe de 2016 submeteu as decisões brasileiras aos interesses dos EUA, alienando a soberania do Estado-nacional sobre

o território nacional. A partir da mudança de regime, não só se alterou as regras para controle e acesso aos recursos econômicos brasileiros (sejam eles naturais ou sociais). Tal qual uma revolução colorida, o golpe de Estado definiu também uma nova forma de inserção do Brasil na economia política mundial, na política mundial e, portanto, o lugar e a atuação do Brasil na geopolítica mundial

Referências bibliográficas

ALBRIGHT STONEBRIDGE GROUP. Endereço: www.albrightstonebridge.com. Rubens Barbosa. Disponível em: www.albrightstonebridge.com/team/rubens-barbosa. Acesso: 25 jul. 2018.

ANABLE, David. The role of Georgia's media – and Western aid – in the Rose Revolution. *Press Politics of Harvard University*, v. 11, n. 3, p.07-43, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AUGUSTO, André. Wikileaks: EUA criou curso para treinar Moro e juristas. *Brasil de Fato*, publicado em 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/30/wikileaks-eua-criou-curso-para-treinar-moro-e-juristas/>. Acesso em: 20 out. 2018.

BAYDYUK, Zoreslav. Yushchenko Receives the John F. Kennedy Profile in Courage Award. *Voa News*, publicado em: 30 out. 2009. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/a-13-2005-04-07-voa3/391455.html>. Acesso: 11 nov. 2018.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. *In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PARQUINO, Giafranco. Dicionário de política*, v. 1. 13 ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2010.

CARLOS, Antônio. Irmãos Koch, magnatas do petróleo e financiadores da extrema-direita nos EUA, inspiram os “meninos do golpe” no Brasil. *Viomundo*, publicado em: 12 mar. 2015. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/irmaos-koch-magnatas-do-petroleo-e-financiadores-da-extrema-direita-nos-eua>

ajudam-a-bancar-os-meninos-do-golpe-no-brasil.html. Acesso em: 20 out. 2018.

DOS SANTOS POLLETO, Ricardo. Geórgia: Os sintomas do Cáucaso entre a Rússia e o Ocidente. *Meridiano 47*: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, v. 8, n. 85, 2007.

GREENWLAD, Gleen; FISHMAN, Andrey; MIRANDA, David. Porque o Sen. Aloysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment? *The Intercept*, publicado em: 18 abr. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/04/18/porque-o-sen-aloysio-nunes-foi-a-washington-um-dia-depois-da-votacao-do-impeachment/>. Acesso: 25 jul. 2018.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAIDLER, Christiane Vieira. O golpe parlamentar e a agenda que não ganha eleições. FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Orgs). *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

MACKINNON, Mark. *The new cold war: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former Soviet Union*. Toronto, 2009.

MARIN, Pedro. O golpe no Brasil: conexões internacionais. *Outras Palavras*, publicado em 11 mai. 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/>. Acesso em: 20 out. 2018.

MARINGONI, Gilberto. Viralatismo em marcha: o golpe visa redefinir o lugar do Brasil no mundo. SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Orgs.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, Hebe. O gigante. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (Orgs). *Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

MEYSSAN, Thierry. La Albert Einstein Institution: no violencia según la CIA. *Red Voltaire*, publicado em 10 fev. 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123805.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MILANI, Carlos R. S. Democracy at stake. *Berkeley Review of Latin American Studies*, University of California at Berkeley, p. 52-59, 2017.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MURAKI JR. Wilson Tadashi. 08/08/08: a política externa chinesa num momento de “paz e guerra”. *Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, v. 9, n. 98, p. 28-30, set. 2008).

ORTEGA, Felipe Afonso. *Cores da mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-SP, São Paulo, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu, LUQUE, Alessandra Aparecida. Estados Unidos e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). *Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, 17: e17017, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Buenos Aires, CLACSO, 2006b.

QUEIROZ, Luiz de. Movimentos golpistas no Brasil são financiados por interesses americanos. *GGN*, publicado em 23 mar. 2016. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/movimentos-golpistas-no-brasil-sao-financiados-por-interesses-americanos>. Acesso em: 20 out. 2018.

SASSOON, Anne Showstack. Hegemonia. BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*. 4ª ed. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. Uma visão da evolução das guerras modernas: a ameaça da guerra cibernética no conflito de quarta geração. *Revista Marítima Brasileira*, v. 131, n. 1, p. 202-221, 2011.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à assim chamada Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes; STEFFENS, Isadora; SILVA, Fernanda Lopes; NUNES, Raul C.; CHAISE, Mariana. O verão árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012.

WELT, Cory. Georgia's Rose Revolution: from regime weakness to regime collapse. BUNCE, Valerie J.; McFAUL, Michael; STONER-WEISS, Kathryn. *Democracy and authoritarianism in the postcommunist world*. New York: Cambridge University Press, p. 155-188, 2006.

WIKILEAKS. Endereço: <https://wikileaks.org>. Can the oil industry beat back the pre-salt law? Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html. Acesso em: 25 jul. 2018.

Submetido em: 13 de dezembro de 2018

Aprovado em: 11 de abril de 2019.